



ATA NÚMERO UM

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DOIS
MIL E CATORZE _____

---Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; _____
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 12/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento, Trânsito e Equipamentos – 346-Div/13; _____
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 17/2014/CM, referente à Atribuição de apoio à Freguesia de Cachopo; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 20/2014/CM, referente à Aquisição de combustíveis rodoviários com cartão eletrónico – Acordo Quadro da Central de Compras da AMAL – Compromissos plurianuais; _____
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 21/2014/CM, referente ao Ajuste direto – Aquisição de serviços de publicitação das deliberações dos órgãos autárquicos – Compromissos plurianuais; _____
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 22/2014/CM, referente à Aquisição de energia elétrica em regime de mercado liberalizado para as instalações municipais com contratos de energia em Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal – Iluminação Público (BTN – IP) – Compromissos plurianuais; _____
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 24/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos – 350-Div/13; _____

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 25/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Cultura, Património e Museus – 353-Div/13; _____
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 26/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefia Intermédia de 3º. Grau para Gabinete Jurídico – 356-Div/13; _____
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 29/2014/CM, referente à Ocupação de solos classificados com REN, em Vale Caranguejo, com estruturas de abrigo para produção de pequenos frutos frescos (estufas). Declaração de Relevante Interesse Público Municipal; _____
11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 32/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Turismo, Relações Públicas e Fiscalização – 354-Div/13. _____

---O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e sete minutos. _____

---Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Anabela Lourenço Fernandes dos Santos, Antero Arcanjo Mendes Romeira, Artur António Guerreiro Sanina, Cristela da Cruz Pereira Martins, Dinis Manuel da Palma Faísca, Hugo Daniel Santos Gomes, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João Eduardo da Silva Trindade, João Manuel Fonseca Martins, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Márcio Vicente Ferreira Gonçalves, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo e Sílvia Alexandra Sanches Soares. _____

---O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Sandra Maria Costa Justo Mendonça Borges. _____

---Os membros Sílvia Edgar Assis Fernandes, Ricardina Pereira Alcaíde Jesus e Joaquim José Brandão Pires solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Maria João Teixeira Dias Anjos e João Manuel Fonseca Martins, respetivamente. _____

---O membro Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes solicitou a substituição tendo sido substituído por Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, substituída por Jorge Henrique Viegas Corvo, substituído por Hugo Daniel Santos Gomes. _____

---O Membro Carlos Alberto Pires Rodrigues foi substituído por Márcio Vicente Ferreira Gonçalves. _____

---A Membro Maria Otilia Martins Cardeira foi substituída por Nuno Manuel Custódio da Palma. _____

---Os membros Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso e Sandra Maria Costa Justo Mendonça Borges entraram na sala às vinte e uma horas e dez minutos. _____

---O Presidente da Assembleia informou que ia dar início à reunião e que o Segundo Secretário da Mesa, o Membro Jean Pierre Patrick Rancher não iria estar presente, pelo que por antecipação, já tinha convidado a Membro Cristela da Cruz Pereira Martins para fazer parte da mesa. _____

---Começou por informar que a ata da reunião anterior, previamente distribuída aos membros, tinha carecido de duas correções de questões de pormenor que tinham sido assinaladas, pelo que, na página número três onde se lia Arménio Pimpão deveria ler-se Adriano Pimpão e na página número nove onde se lia Acordo Coletivo de Emprego Público devia ler-se Acordo Coletivo de Entidade Empregadora. Questionou se algum dos membros tinha algo a opor relativamente á ata em apreço cujas duas pequenas erratas já tinham sido corrigidas, que não se verificando, colocou a mesma a votação. _____

---A ata foi aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e cinco abstenções dos membros que não tinham estado presentes. _____

---O Presidente da Assembleia informou ainda que como já tinha sido comunicado pelo secretariado da Assembleia, o pagamento das senhas de presença passava a ser efetuado por sessão, pelo que, as habituais folhas de presença deveriam, para além da rúbrica em frente à data da sessão, serem assinadas no final da folha. Acrescentou que se os membros pretendessem receber por transferência bancária poderiam colocar o NIB – Número de Identificação Bancária na folha ou fazê-lo chegar ao secretariado. Referiu também que os membros que não exerciam funções públicas deveriam escrever no campo de observações da folha, sendo que para os membros que eram funcionários públicos deveriam apresentar o recibo do vencimento do mês anterior à realização da sessão da Assembleia, no caso concreto, do mês de janeiro. _____

---Pretendia também informar que o Membro Luís Filipe Rosado Vicente Beato tinha solicitado a renúncia do mandato tendo passado o Membro Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes a membro efetivo, não estando presente naquela sessão por ter solicitado a substituição. _____

---O Presidente da Assembleia referiu ainda que no período antes da Ordem do Dia daquela Assembleia ir-se-ia proceder à apresentação do plano local da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tavira. Quanto à reunião da Comissão que se tinha realizado no passado dia trinta e um de janeiro, pedia à Membro Sílvia Soares que efetuasse um breve resumo do que tinha acontecido. _____

---O Membro José Liberto da Conceição Graça entrou na sala às vinte e uma horas e catorze minutos.

---A Membro Sílvia Soares referiu que se tinha tratado da reunião alargada da CPCJ e que tinha consistido numa visita de apresentação à Sede do Agrupamento de Tavira do Corpo Nacional de Escutas e na elaboração do plano de atividades para o ano de dois mil e catorze. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que passava à apresentação de um voto de pesar que tinha sido apresentado pelo grupo do PS – Partido Socialista daquela Assembleia. _____

----“Voto de Pesar _____

----O passado dia 23 de fevereiro ficou tristemente assinalado pela morte de mais um pescador, o cidadão tavirense Manuel Domingos Guerreiro. _____

----Efetivamente, por cerca das 13:00 horas, a embarcação onde seguiam Manuel Domingos Guerreiro, de 54 anos de idade e Délio Pereira Cavaco, de 42 anos, quando se dirigiam para a pesca, voltou-se à entrada da barra, tendo do acidente resultado ferimentos e situação de hipotermia em ambos. _____

----A intervenção rápida e corajosa dos elementos da Polícia Marítima levou ao resgate dos homens que, tendo sido conduzidos ao hospital de Faro, não foi, no entanto, possível evitar a morte por paragem cardiorrespiratória de Manuel Domingos Guerreiro. _____

----O incidente relaciona-se com a situação de elevado assoreamento da barra o que dificulta a entrada e a saída do mar, fenómeno recorrente para cuja intervenção a Câmara Municipal tem insistentemente apelado ao Governo português. _____

----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 28 de fevereiro de 2014, delibera: _____

----1. Aprovar de um Voto de Pesar pela morte de Manuel Domingos Guerreiro; _____

----2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada apresentando-lhe as mais sentidas condolências do Município de Tavira”. _____

----Verificando que não havia intervenções colocou o voto de pesar a votação que foi aprovado por unanimidade. _____

----Referiu que passavam a uma recomendação. _____

----O Membro José Graça questionou se não poderia ser a bancada a apresentar as propostas, o que teve a concordância do Presidente da Assembleia. _____

----A Membro Maria José Mestre procedeu à leitura o voto de louvor. _____

----“Voto de louvor _____

----A Assembleia Municipal de Tavira vem, por este meio, agradecer ao agente da Polícia Marítima João Eduardo Durão de Matos Sadoc Pereira, a sua pronta intervenção e coragem manifestadas no passado dia 23 de fevereiro, aquando do acidente à entrada da barra de Tavira, tendo resgatado da água, em condições adversas, os cidadãos tavirenses Manuel Domingos Guerreiro e Délio Pereira Cavaco. _____

----Dessa atitude corajosa resultou o salvamento de Délio Cavaco, não tendo sido infelizmente possível salvar Manuel Domingos Guerreiro, que viria falecer no percurso até ao hospital de Faro, na sequência de paragem cardiorrespiratória resultante de hipotermia. _____

----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 28 de fevereiro de 2014, delibera: _____

---1. *Aprovar um voto de Louvor ao agente da Polícia Marítima João Eduardo Durão de Matos Sadoc Pereira, homenageando na sua pessoa todos os cidadãos, homens e mulheres que, no exercício da sua profissão ou em qualquer outra circunstância, arriscam a sua vida para salvar a vida de outros.* _____

---2. *Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Comando da Autoridade Marítima do Porto de Tavira e Vila Real de Santo António; e,* _____

---3. *Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social, locais, regionais e nacionais.*” _____

---O Presidente da Assembleia verificando não haver questões colocou o voto de louvor a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---A Membro Muriel Dias solicitou a palavra para dizer que a sua bancada pretendia alterar a votação na primeira moção, voto de pesar, que votavam favoravelmente mas sem a parte final do mesmo. Concerteza que votavam favoravelmente a questão do falecimento mas não a parte em que falava da situação do assoreamento, da insistência ao Governo, questão que não votavam a favor. _____

---O Membro José Graça referiu que o voto de pesar era composto por duas partes, sendo que a primeira parte consistia na aprovação e conhecimento à família da deliberação que recaísse sobre o voto. _____

---O Presidente da Assembleia esclareceu que a Membro Muriel Dias tinha referido que não concordavam com o último parágrafo dos considerandos. _____

---O Membro José Graça mencionou que tinham procedido a uma pequena alteração que passava a ler a fim de aferirem se era da concordância de todos. _____

---“*Sendo certo que existe um elevado assoreamento da barra o que dificulta a entrada e saída do mar, a Câmara Municipal tem insistentemente apelado ao Governo português para a realização das intervenções de desassoreamento da barra de Tavira e dos canais da Ria Formosa*”. _____

---A Membro Muriel Dias disse que era precisamente aquela a parte que não concordavam. _____

---O Membro José Graça referiu que aquela questão constava apenas a título informativo não imputando qualquer responsabilização de coisa alguma. _____

---O Presidente da Assembleia mencionou que não percebia qual era a questão já que era verdadeiro o facto do incidente se ter relacionado com o assoreamento da barra. _____

---A Membro Muriel Dias disse que gostavam que fosse alterada pois não gostariam que a questão estivesse misturada com o voto de pesar. _____

---O Presidente da Assembleia sugeriu que assim sendo talvez fosse melhor votarem contra. _____

----A Membro Muriel Dias referiu que gostaria que a bancada do PS aceitasse a sugestão uma vez que não iriam votar contra a situação de pesar. _____

----O Membro João Carvalho interrompeu referindo que considerava que estavam a fazer “*política baixa*” com um assunto que era muito sensível. _____

----O Presidente da Assembleia disse que antes de falar em “*política baixa*” o Membro deveria pedir autorização para usar da palavra, sobre o que o Membro João Carvalho concordou. _____

----O Membro José Graça explicou que tinha havido uma alteração relativamente ao texto da proposta inicial, sendo essa a razão porque tinham pedido para ser a bancada a ler as propostas, pois podiam-se verificar alterações. _____

----Relativamente ao texto que o Presidente da Assembleia tinha lido, a primeira versão da proposta, tinham-se verificado alterações, sendo a segunda versão aquela que tinha lido e onde não havia qualquer questão de atribuição de responsabilidades. Contudo, independentemente do que pudesse ser ou não classificado, todos sabiam porque o acidente tinha acontecido. Porém, naquele caso, o documento da Assembleia Municipal não continha qualquer responsabilização relativamente à situação em concreto. _____

----Podia ler o parágrafo que era o quarto parágrafo da proposta: “*Sendo certo que existe um elevado assoreamento da barra, o que dificulta a entrada e saída do mar, a Câmara Municipal tem insistentemente apelado ao Governo português para a realização das intervenções de desassoreamento da barra de Tavira e dos canais da Ria Formosa.*” _____

----A Membro Muriel Dias insistiu que tinha exposto a opinião da bancada sendo que, seria a bancada do PS que teria que analisar se aceitavam ou não que votassem daquela forma. _____

----O Presidente da Câmara referiu que considerava que a questão que estava a ser levantada não devia de impedir que o voto de pesar fosse votado, pelo que propunha à bancada do PS que retirassem o parágrafo. Todavia, também não lhe parecia que a questão ao ser redigida tivesse alguma espécie de politização mas uma vez tendo sido colocada, propunha que o parágrafo fosse retirado. ____

----O Presidente da Assembleia informou que o voto de pesar tinha sido aprovado por unanimidade sem o último parágrafo das considerações. _____

----A Membro Maria José Mestre mencionou que o acidente ocorrido no passado dia vinte e três tinha suscitado à bancada do PS uma recomendação ao Governo, que passava a ler. _____

----“*Recomendação.* _____

----*O passado dia 23 de fevereiro ficou tristemente assinalado no Município de Tavira e no País, pela morte de mais um pescador, o cidadão tavirense Manuel Domingos Guerreiro, de 54 anos de idade. ____*

----*Efetivamente, a embarcação onde seguiam dois homens para pescar, voltou-se à entrada da barra ao embater num banco de areia, tendo do acidente resultado a morte por paragem cardiorrespiratória do cidadão referido. _____*

---Sendo certo que existe um elevado assoreamento da barra, o que dificulta a entrada e saída de embarcações, a Câmara Municipal tem insistentemente apelado ao Governo Português para a realização de intervenções de desassoreamento da barra de Tavira e dos canais da Ria Formosa. _____

---A língua de areia ali existente empurra as embarcações para junto dos molhes, tornando extremamente perigoso o acesso ao mar. _____

---Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 28 de fevereiro de 2014, delibera: _____

---1. Recomendar ao Governo Português a intervenção urgente na barra de Tavira e nos canais de navegação de acesso aos portos de pesca de Tavira, Cabanas e Santa Luzia, consubstanciada nas necessárias dragagens, a fim permitir a laboração dos pescadores em condições mínimas de segurança e evitar mais perdas de vidas humanas; _____

---2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da Comunidade Intermunicipal do Algarve e Grupos Parlamentares da Assembleia da República; e, _____

---3. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.” _____

---O Presidente da Assembleia verificando que não havia questões colocou a recomendação a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Acrescentou que ainda existia um voto de congratulação. _____

---O Membro José Graça passou a leitura do voto. _____

---“Voto de Congratulação _____

---A Câmara Municipal de Tavira aceitou o desafio da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., sendo um dos três municípios do país a arrancar com a nova versão da plataforma do Balcão do Empreendedor, na vertente do Licenciamento Zero Comercial. _____

---O Licenciamento Zero é uma medida do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa que engloba um conjunto de iniciativas que visam a facilitação da vida dos Cidadãos e Empresas, (Programa da responsabilidade do XVIII Governo Constitucional), que visava simplificar a abertura e a modificação de diversos negócios (por exemplo: restaurantes, padarias, pastelarias, frutarias, peixarias, lojas de produtos dietéticos, drogarias, lavandarias, oficinas, salões de cabeleireiro e institutos de beleza), introduzindo um regime simplificado para a sua instalação e funcionamento. _____

---Esta iniciativa permite às empresas do concelho de Tavira, comodamente, a partir do seu computador, cumprir todos os atos e formalidades necessários ao exercício de uma atividade económica, no âmbito do Licenciamento Zero, através do Balcão do Empreendedor (<http://www.portaldaempresa.pt/>), incluindo o pagamento eletrónico. _____

----*Mais uma vez o executivo municipal de Tavira demonstra que as pessoas estão primeiro e que as autarquias devem ser amigas das empresas, abraçando esta iniciativa do Governo que vem simplificar o regime de exercício de diversas atividades económicas, nomeadamente, a instalação, modificação e encerramento dos estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas, comércio de bens, prestação de serviços e armazenagem; a utilização privativa do domínio público municipal para determinados fins; o horário de funcionamento; e a afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial.* _____

----*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 28 de fevereiro de 2014, delibera:* _____

----*1. Congratular-se publicamente com a seleção do Município de Tavira para arrancar com a nova versão da plataforma do Balcão do Empreendedor, na vertente do Licenciamento Zero Comercial.* _____

----*2. Recomendar ao Governo da República o aprofundamento das medidas de simplificação administrativa e de modernização do relacionamento das entidades públicas com os cidadãos e com os empresários, incentivando financeiramente as mais empreendedoras e inovadoras e criando um espaço de divulgação e partilha das boas práticas administrativas.* _____

----*3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e Grupos Parlamentares da Assembleia da República; e,* _____

----*4. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.”* _____

----*O Presidente da Assembleia colocou o voto a discussão. Não havendo intervenções, passou à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.* _____

----*Acrescentou que tinha ainda para apreciação uma proposta apresentada pelo BE – Bloco de Esquerda, pelo que questionava o Membro Artur Sanina se queria apresentá-la.* _____

----*O Membro Artur Sanina referiu que apresentavam aquela proposta como uma recomendação ao Executivo Camarário. Já tinha falado pessoalmente com o Presidente da Câmara sobre a situação, tendo-lhe sido dito para apresentar o problema ao Executivo. No entanto, tinha querido também ouvir a opinião da Assembleia Municipal no sentido de começar a contribuir para as igualdades de todos os cidadãos, pelo que passava a ler a proposta.* _____

----*“Proposta do Bloco de Esquerda de Tavira para a Assembleia Municipal a realizar dia 28/02/2014: _*

----*No sentido da promoção da qualidade ambiental, o desenvolvimento local e regional e assegurar a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro dos consumidores não-domésticos, o Bloco de Esquerda de Tavira propõe:* _____

----A não obrigatoriedade da exigência de caução para o contrato de prestações de serviços por parte dos consumidores não-domésticos. _____

----Os seus argumentos são: _____

----Tanto a TaviraVerde e a Fagar são Empresas Municipais onde têm como parceiros as mesmas empresas de privados a AGS e a Hidurbe com percentagens de participação no caso de Tavira, AGS 36,75 %, a Hidurbe 12,25 % e o Município de Tavira 51 %. No caso de Faro a AGS tem 32,83 %, a Hidurbe 16,17 % e o Município de Faro 51 %. _____

----Ambas as Empresas adquirem a água à Empresa de Águas do Algarve no mesmo valor. _____

----O Bloco de Esquerda de Tavira não aceita e nem compreende porque os consumidores não-domésticos estejam sujeitos a esta injustiça quando devam ser estimulados e apoiados. O mesmo consumidor enquanto tem que liquidar uma quantia de 214 € para celebrar um contrato de prestação de serviços em Tavira, o mesmo consumidor em Faro tem que liquidar 20,06 € para a mesma prestação de serviços. _____

----Mesmo que o nº 2 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 195/99 de 08 de junho e a Lei nº 24/96 de 31 de julho preveja esta situação, a maioria das Empresas não faz dela uma utilização para não prejudicar a comunidade que tanto tem sido sacrificada com esta austeridade desenfreada. _____

----Também o Direito de Igualdade previsto na Constituição Portuguesa está sendo posto em causa. ____

----O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda de Tavira.” _____

----O Membro Artur Sanina referiu que com aquela proposta pretendiam alertar para que o consumidor não-doméstico, ou seja, que não estivesse abrangido pelo tarifário normal como consumidor na sua casa particular e pretendesse instalar um contador para um negócio, uma loja, tinha que pagar a quantia de duzentos e catorze euros de caução cujas verbas, a TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM não podia usar, mas que ao serem depositadas originavam juros para a empresa. Perguntava pois, porque é que aqueles consumidores estavam sujeitos àquela situação. Apresentavam aquela proposta pois pretendiam ouvir os vários grupos municipais representados naquela Assembleia. _____

----Aproveitava ainda para manifestar o seu repúdio, que pensava ser generalizados a todos os intervenientes daquela Assembleia Municipal, por após quatro meses a Comissão de Representantes da Assembleia ainda estar a aguardar o parecer jurídico da Câmara sobre o texto proposto para o Regimento da Assembleia Municipal. _____

----O Membro Nuno Manuel Custódio da Palma entrou na sala às vinte e uma horas e vinte e um minutos. _____

----O Presidente da Assembleia afirmou que o parecer jurídico já tinha sido emitido no ano transato, do que já tinha dado conta à Assembleia e que a Comissão não tinha reunido apenas por falta de tempo. _____

----O Membro Artur Sanina referiu que então se tratava de uma falha da Comissão. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta do BE a discussão. _____

----A Membro Muriel Dias questionou sobre se aquele tipo de propostas não poderia ser entregue aos membros com alguma antecedência a fim de poderem analisar. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que tal estava previsto no Regimento da Assembleia que iria ser aprovado, pensava que, na Assembleia Municipal seguinte. Constava na ata, que tinha ali acabado de ser aprovada, a resposta ao Membro Artur Sanina sobre o atraso relativamente à Comissão, que também tinha coincido com a ausência da Membro Muriel Dias, que fazia parte da Comissão, sendo que se tinha verificado um atraso. _____

----A Membro Muriel Dias mencionou que não era àquela questão que se estava a referir. _____

----O Presidente da Assembleia reafirmou que sobre a questão da entrega com antecedência das propostas aos membros, constava na proposta de alteração ao Regimento daquela Assembleia que previa a sua entrega com, pelo menos, vinte e quatro horas de antecedência. Estava previsto no novo Regimento que ainda não tinha sido aprovado, sendo que a apresentação das propostas no decurso da Assembleia, a partir do momento da sua aprovação, passaria a não ser possível. _____

----Esperava que a Comissão entretanto reunisse para que aquela situação deixasse de acontecer, pois estava absolutamente de acordo com o que a Membro Muriel Dias tinha referido, já que não deviam ser apanhados de surpresa relativamente às propostas ali apresentadas. _____

----O Membro José Graça referiu que primeiramente e antes de comentar a proposta do BE, queria ali publicamente, felicitar o BE pelo cumprimento do seu décimo quinto aniversário esperando que pudessem continuar a ser uma força viva no cenário político português e a animar a democracia. ____

----Relativamente à proposta apresentava notava que a mesma era apenas uma proposta, não uma recomendação, não uma imposição e pensava que as propostas tinham que ser melhor redigidas naquele aspeto. _____

----De qualquer forma considerava que os argumentos aduzidos eram argumentos importantes num Concelho, Município, que pretendia ser amigo das empresas e que, certamente se aquela proposta fosse considerada como proposta de recomendação da Assembleia Municipal à Câmara, não existiria qualquer problema em ser analisada aprofundadamente e do ponto de vista técnico, inclusivamente porque se tratava de algo que tinha que ser negociado no âmbito dos próprios regulamentos tarifários da TaviraVerde. Compreendia perfeitamente que em algumas situações tivesse que existir uma caução, todavia o que não podia compreender era a existência de uma tão grande disparidade nas cauções entre Municípios vizinhos e em que os membros da entidade participada eram os mesmos. ____

----Concluiu referindo que propunha ao Presidente da Assembleia que a proposta fosse aceite como uma proposta de recomendação e que fosse remetida para a Câmara Municipal por forma a ser trabalhada com a TaviraVerde. _____

---O Membro Dinis Faísca mencionou que a sua intervenção era um pouco no seguimento da intervenção do Membro José Graça, pelo que considerava que a proposta fazia sentido, todavia para a poderem valorizar mais deveriam ter uma base concreta de análise, pois não iria votar apenas por votar. Considerava que deviam ter plena consciência sobre o que estivessem a votar e, nesse sentido, sugeria que a proposta fosse retirada e apresentada em próxima Assembleia Municipal com dados mais concretos, possibilitando assim que os membros votassem em consciência, pois o que todos pretendiam era aliviar ao máximo as empresas e promover o desenvolvimento. _____

---O Membro Antero Romeira afirmou que ao contrário dos membros do PS e PSD – Partido Social Democrático, concordava plenamente com a proposta que não sabia se iria ser votada de imediato ou noutra Assembleia. Considerava ser bem visível quem eram os acionistas daquelas empresas, que eram os mesmos, pelo que não compreendia o porquê de toda aquela disparidade de taxas. Concluiu reforçando que concordava plenamente com aquela proposta do BE, que a considerava muito bem elaborada e pela qual parabenizava o Membro Artur Sanina. _____

---O Membro João Carvalho referiu que na Assembleia anterior o Presidente da Assembleia tinha anunciado que o seu pedido teria sido recusado e passados três dias, tinha recebido um ofício com a indicação de que tinha sido aprovado. Ao chegar àquela sessão da Assembleia tinha verificado que continuava recusado, sendo que não queria pensar que fosse uma espécie de “praxe”, nem ali estava em seu nome pessoal pois representava um partido, agradecendo por isso que na Assembleia Municipal seguinte fosse reposto o aprovado. _____

---Passando à questão da proposta apresentada pelo BE, parabenizava o Membro Artur Sanina pela mesma porque apesar de ter referido não-doméstico, parecendo ter medo da palavra empresa, tal como o Membro Antero Romeira acreditava que aquelas propostas podiam ser apresentadas e votadas daquele modo. _____

---Gostava ainda de recordar que no ano de dois mil e nove, o Presidente da Câmara tinha ganho as eleições basicamente com a proposta de baixar o tarifário da água e alterar a parceria público-privada que era a TaviraVerde, o que esperava pelo menos tivesse tentado, de maneira que acreditava que provavelmente aquela proposta devesse em primeiro lugar ir para a Hidurbe-Gestão de Resíduos SA e AGS - Administração e Gestão de Sistemas Salubridade, S.A. pois parecia-lhe que eram eles, que apesar de não terem maioria, para todos os efeitos mandavam. _____

---O Membro Artur Sanina disse que concordava plenamente com o facto do Regimento, que seria discutido na Assembleia Municipal seguinte, obrigar a que os membros tivessem conhecimento das propostas com antecedência, ao contrário do que se tinha verificado com aquela proposta que poderiam melhorar, concordando por isso que fosse retirada. _____

---O Presidente da Assembleia reforçou que o Membro proponente concordava que a proposta passasse para a próxima Assembleia Municipal sendo portanto importante que a fizesse chegar aos

membros antes da realização da mesma apesar de apenas na Assembleia seguinte, o Regimento ser apresentado para ratificação. _____

---Antes de avançarem gostava que o Membro João Carvalho explicasse o que pretendia dizer, pois confessava que não tinha percebido. _____

---O Membro João Carvalho referiu que tinha efetuado um pedido ao Presidente da Assembleia através de um requerimento de que certamente tinha cópia, em que solicitava que a sua bancada se tornasse independente. Pelo que tinha ali sido anunciado o pedido tinha sido recusado, todavia tinha recebido um ofício onde o mesmo tinha sido aprovado, pelo que não entendia qual era, de facto, o resultado. _____

---O Presidente da Assembleia mencionou que desconhecia aquela incongruência. O que o requerimento que o Membro tinha apresentado e que ele tinha presente solicitava, era que ele próprio fizesse parte de um grupo municipal. _____

---O Membro João Carvalho referiu que um grupo municipal estava obrigado a pelo menos duas pessoas. _____

---O Presidente da Assembleia reforçou que parecia que no requerimento apresentado, o Membro se tinha esquecido daquela questão, sendo que lhe tinha sido comunicada a não aprovação da mesma, pelo que seria melhor que revisse a situação. _____

---O Membro João Carvalho respondeu que não tinha efetuado esse pedido mas, certamente, que iria rever. Se não tinha sido aprovado, não sabia o que tinha sido, porque havia uma aprovação. _____

---O Presidente da Assembleia respondeu que, no momento, não sabia o que tinha sido aprovado mas pensava que seria a possibilidade de passar a ser independente do MT – Movimento por Tavira e, se tinha sido nesse sentido a carta que tinha recebido, estava certíssimo. Do que tinha conhecimento que o secretariado tinha efetuado, tinha sido a anexação ao ofício do parecer jurídico sobre o assunto onde constava que não era possível constituir um grupo municipal apenas com uma só pessoa. _____

---O Membro João Carvalho reiterou que naquela Assembleia existiam mesas com uma só pessoa que não constituíam um grupo municipal sendo independentes. Afirmou que queria ser independente em nome do CDS-PP – Partido Popular e sair daquela bancada, razão porque tinha efetuado um requerimento que tinha sido aprovado. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que desconhecia o requerimento com aquele teor e que o único requerimento que lhe tinha chegado e sobre o qual tinha remetido o parecer jurídico era no sentido da constituição de um grupo municipal, o que tinha sido reprovado. Contudo, na Assembleia seguinte, o Membro poderia combinar com o secretariado um local para ficar. _____

---Questionou sobre se algum dos presentes tinha alguma questão a apresentar e passou a palavra ao Membro Márcio Gonçalves. _____

---O Membro Márcio Gonçalves referiu que era a sua primeira intervenção naquela Assembleia e que em nome da Freguesia de Santa Luzia pretendia agradecer à Sociedade Polis Ria Formosa pela intervenção de requalificação paisagística da marginal de Santa Luzia que ligava a Pedras D'el Rei e que brevemente seria executada. Em nome da Freguesia gostava de saber quais iriam ser os prazos estipulados para a intervenção visto não terem recebido qualquer informação e, os santaluzienses, alguns comerciantes e veraneantes estarem preocupados com a questão por lhes parecer que a intervenção iria coincidir com o verão. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que, em princípio, a intervenção não iria coincidir com o verão. A Sociedade Polis tinha deliberado em Conselho de Administração a abertura de concurso, a Câmara já tinha pago parte do capital social e supunha que o concurso seria colocado na plataforma na semana seguinte. Tratava-se de uma intervenção de cerca de setecentos mil euros, com um prazo de execução de oito meses e consistia na execução de ciclovias, passeios, arranjos paisagísticos, pavimentação e iluminação nova. Pensava que se iniciaria por altura de setembro para não prejudicarem o verão. _____

---Continuou referindo que um concurso público daquela envergadura demorava cerca de seis meses porque tinha que ter o visto do Tribunal de Contas. Assim, considerava que a fase final do processo iria ocorrer entre os meses de julho e agosto e, depois com a conjugação da consignação e cronograma de trabalhos, seria compatível para setembro. _____

---A Câmara não comunicava quaisquer intervenções às Juntas de Freguesia e que aquela se tratava de uma empreitada da Sociedade Polis resultante de um trabalho realizado pelo Executivo no mandato anterior que, felizmente, no momento presente, tinha praticamente a certeza que iria acontecer, embora ressalvasse que tudo mudava constantemente e, sendo os capitais da Sociedade Polis fortemente intervencionados pelo Estado, as verbas poderiam desaparecer. Todavia, aquele caso concreto estava financiado com um fundo comunitário, o PO Algarve 21 – Programa Operacional do Algarve e um fundo nacional, o PIT – Programa de Intervenção do Turismo que constituíam cerca de noventa por cento da intervenção sendo o restante da responsabilidade da Câmara Municipal de Tavira, pelo que, em princípio, não aconteceriam quaisquer problemas. _____

---Os membros Ângelo Filipe Silva Pereira e Carlos Manuel Viegas de Sousa entraram na sala às vinte e uma horas e trinta e dois minutos. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções, solicitou aos elementos da CPCJ, Sílvia Rufino e Cristina Martins que efetuassem a apresentação para o que se tinham proposto. _____

---A Presidente da CPCJ, Sílvia Rufino, começou por informar que naquela apresentação era acompanhada pela Secretária da Comissão, Cristina Martins. _____

---Primeiramente pretendia agradecer ao Presidente da Assembleia Municipal a oportunidade de efetuarem ali a apresentação do plano local da Comissão de Proteção dos Direitos da Criança, todavia

tinha considerado que antes de apresentar o documento propriamente dito, poderia fazer uma abordagem por forma a elucidar sobre em que consistia a Comissão de Tavira, onde se localizava e que tipo de intervenções realizava. _____

----Assim, a CPCJ tinha sido implementada no Concelho de Tavira no ano de mil novecentos e noventa e nove, inicialmente com a designação de Comissão de Proteção de Menores. Tratava-se de uma Instituição autónoma, não judiciária, não tendo o poder dos Tribunais, intervindo com o intuito de prevenir e por termo a situações passíveis de afetarem a integridade física ou moral de crianças e jovens e ainda, quando as situações colocassem em risco a sua inserção na família e comunidade. Exemplos daquelas situações eram os casos de negligência, abandono, maus tratos físicos e psicológicos, abuso sexual, entre outros. _____

----A intervenção daquelas comissões estava regulamentada por Lei tendo por base a Lei número 147/99 de um de setembro que era a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. _____

----A missão da Comissão de Tavira, que tinha sido definida quando da elaboração do plano, consistia na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, tendo como visão o fomento de uma responsabilidade partilhada com toda a comunidade na proteção dos direitos da criança ou jovem. _____

----A Comissão funcionava em duas modalidades, a modalidade alargada e restrita. À modalidade alargada competia o desenvolvimento de ações de promoção dos direitos da criança e de prevenções de situações de perigo, ou seja, o seu trabalho consistia no âmbito de ações de prevenção de risco. Quanto à modalidade restrita era composta pela equipa técnica e desenvolvia o seu trabalho na resolução das situações concretas, intervindo nas já identificadas como de risco ou perigo para a criança ou jovem, procedendo à instrução do processo de promoção e proteção com a elaboração de uma avaliação diagnóstica da situação, uma decisão, acompanhamento e revisão das medidas de promoção e proteção. Realçava, porque por vezes existia uma ideia diferente e, voltando algo atrás, quando se referia que não tinham poderes judiciais, as intervenções das Comissões de Proteção eram apenas realizadas mediante o consentimento dos progenitores ou das crianças com idade superior aos doze anos, caso contrário, a Comissão não podia intervir passando a situação identificada diretamente para o Tribunal de Família e Menores de Faro no sentido de assegurar que a situação não deixasse de ser salvaguardada. _____

----Presentemente aquela era a estrutura da CPCJ de Tavira. Constituíam a modalidade restrita, uma técnica de assessoria e administração, um sociólogo, um educador de infância, dois professores, sendo um dos professores, Cristina Martins, e uma representante do Ministério de Educação, Dolores Neto, duas psicólogas, do Instituto de Segurança Social de Faro e Santa Casa da Misericórdia de Tavira, sendo certo que a Câmara Municipal tinha presentemente na Comissão, duas técnicas a tempo inteiro e uma a tempo parcial para além do apoio administrativo. _____

---A modalidade alargada era composta por entidades como a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, cujos comissários eram, Muriel Dias, Dinis Faísca, Sílvia Soares e Ricardina Jesus que não se encontrava presente, e os respetivos substitutos, a Delegação de Tavira da Cruz Vermelha, a Associação Uma Porta Amiga, a Fundação Irene Rolo, a Administração Regional de Saúde, os Agrupamentos de Escolas, o Gabinete de Apoio à Vitima de Tavira, a Associação de Pais, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, as Autoridades Policiais como a GNR – Guarda Nacional Republicana e a PSP – Policia de Segurança Publica, o Corpo Nacional de Escutas, a Associação Interact e iriam dirigir convite à Academia de Música. Portanto, era no âmbito da prevenção que a Comissão Alargada tinha vindo a desenvolver o seu trabalho aderindo a um convite efetuado pela Comissão Nacional que tinha um projeto a nível nacional intitulado “*Tecer a Prevenção*” e cujo objetivo consistia na dinamização das comissões alargadas e os seus membros, razão por que tinha surgido o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança que teria envolvidas todas as comunidades que tinham representação em matéria de infância e juventude no Concelho de Tavira e que já tinha enumerado. _____

---Aquele plano tinha como principal objetivo a Instituição de uma cultura de prevenção primária na comunidade, no domínio dos direitos da criança, prevenindo para não intervir, construído numa base interdisciplinar, intervenções comunitárias devidamente planeadas por forma a fomentar o aproveitamento dos recursos e sinergias em prole da defesa dos direitos das crianças, o que significava que já existiam recursos no Concelho, sendo apenas necessário conjugá-los e dirigi-los para a defesa dos direitos da criança que ao serem violados ou não cumpridos, tinham que intervir. _____

---Para a elaboração do plano tinha sido realizado um diagnóstico local com base em diversas metodologias, nomeadamente o próprio autodiagnóstico elaborado no seio da Comissão a fim de perceberem no que e como poderiam melhorar. Tinham também consultado diversos documentos estatísticos a nível concelhio e criado o “*World Café*” em que as entidades de uma forma algo informal se sentavam como de uma mesa de café se tratasse e discutiam determinado assunto. _____

---O diagnóstico local tinha-lhes permitido obter informações sobre a população, estabelecimentos de ensino, caracterizar a população escolar, os apoios e serviços existentes no Concelho e a caracterização dos utentes, famílias, acompanhados pela CPCJ. Tinham identificado como problemas de maior incidência no Concelho, a negligência ao nível da prestação de cuidados básicos, como higiene e alimentação, e comportamentos suscetíveis de afetarem o bem-estar e desenvolvimento da criança, ou seja, comportamentos adotados pelos seus responsáveis legais que podiam comprometer o seu bem-estar, como eram os casos de violência doméstica ou consumo de estupefacientes por parte dos progenitores ou responsáveis legais. Verificavam-se também casos de maus tratos físicos e psicológicos, de abandono e absentismo escolar e comportamentos desviantes dos jovens suscetíveis de colocarem em causa o seu próprio desenvolvimento físico ou emocional, cuja problemática vinha a aumentar desde os finais do ano de dois mil e treze. _____

---A Presidente da CPCJ referiu que para tentarem solucionar aquelas problemáticas e terem uma atitude de prevenção no sentido da eliminação das mesmas, o que era algo utópico, tinham definido quatro eixos que consideravam como fundamentais ao nível da prevenção primária. O primeiro eixo consistia na divulgação e sensibilização da comunidade para a prevenção do risco ou perigo, o segundo na articulação interinstitucional, o terceiro na prevenção dos comportamentos de risco e, por último, a implementação e execução do processo de monitorização do plano. _____

---Passou a palavra à Secretária da CPCJ, Cristina Martins, para que explicasse o plano em concreto. _

---A Secretária da CPCJ referiu que relativamente à articulação institucional tinham considerado contactar as várias Instituições do Concelho por forma a darem conhecimento do trabalho realizado pela CPCJ e de que modo estas poderiam identificar muitas situações problemáticas, já que por elas era estabelecido um contacto mais próximo dos jovens ou crianças o que permitia que mais facilmente identificassem situações de risco ou perigo, para o que necessitavam de ter conhecimento do funcionamento da CPCJ. _____

---Já tinham algum trabalho realizado naquele sentido sendo também a razão por que ali estavam a efetuar aquela apresentação, pretendendo alertar os membros da Assembleia Municipal para que, em caso de conhecimento de situações que considerassem que colocavam uma criança ou jovem em perigo, tinham o dever de sinalizar as mesmas junto da Comissão. _____

---Depois, relativamente às atitudes, informou que tinha sido distribuído aos membros o plano com as atividades que a CPCJ se tinha proposto realizar ao nível da prevenção até ao ano de dois mil e dezasseis que, contudo, ainda seriam trabalhadas pela Comissão Alargada conjuntamente com as entidades com as quais estavam a trabalhar e que auxiliavam na prevenção de situações de risco, nomeadamente a GNR, a PSP e, principalmente as escolas, local privilegiado de proximidade das crianças e jovens que frequentemente sinalizavam situações. _____

---Estavam disponíveis para esclarecer alguma dúvida que os membros tivessem relativamente ao documento que tinha sido distribuído e realçava que uma das atividades que tinham proposto e que terminava naquele mesmo dia era o “*Concurso de uma família*” que consistia na apresentação de trabalhos elaborados pelas crianças sobre o tema da prevenção. _____

---O plano era dirigido à Comissão Alargada que trabalhava no âmbito da prevenção, já que a Comissão Restrita trabalhava com os casos existentes na tentativa de melhorar as situações de risco ou perigo já verificadas. _____

---Terminou referindo que não iria detalhar todas as atividades do plano por se tratar de um documento extenso e reiterou a disponibilidade para o esclarecimento de qualquer dúvida por parte dos membros da Assembleia. _____

---A Presidente da CPCJ referiu que com o plano pretendiam essencialmente alertar a comunidade porque era constituído por atividades muito focadas com várias valências a partir do pré-escolar, ou

seja, que viabilizassem a possibilidade de perceber desde muito cedo o que era podiam realizar, alertando os pais, pois tinham-se vindo a aperceber e faltava ainda realizar muito trabalho relativo à competência parental no sentido dos pais estarem mais alerta para determinadas situações. O que pretendiam era que dentro de alguns anos aquelas crianças não necessitassem de ouvir falar na CPCJ de Tavira significando que as situações não tinham ocorrido. _____

---Obviamente que se tratava de um plano, pelo que tinha que ser avaliado, para o que tinham criado uma bateria de indicadores baseada em outros processos já existentes, nomeadamente no Plano Local da Comissão de Évora que tinham adaptado à realidade de Tavira, sendo que já estavam a proceder à sua monitorização porque o plano tinha tido inicio no último trimestre do ano de dois mil e treze prevendo-se a sua finalização no segundo trimestre de dois mil e dezasseis. Como era óbvio pretendiam efetuar a avaliação do plano, que não era possível apenas após a realização de uma ação, como por exemplo um Rally Paper, tendo as situações que serem sinalizadas. Tratava-se de um plano em que iriam verificar os dados, o seu sucesso a médio e longo prazo, sendo que a monitorização do mesmo visava observar a forma como estava a ser implementado, avaliar o sucesso das ações, reunir informação complementar a outros estudos e dados estatísticos, como por exemplo, os relatórios semestrais, anuais e outros trabalhos técnicos e académicos, contribuindo para o processo dinâmico e permanente de análise de dados e reflexão sobre o exercício técnico e as mudanças que ocorriam na realidade social em matéria de promoção e proteção de crianças porque a realidade social não era estanque ou exata como a matemática ou outra ciência. _____

---O plano também incluía a aceitação à mudança estando constantemente a adaptar-se à realidade podendo adotar determinadas ações conforme os resultados pois estava aberto aos contributos de quem quer que entendesse prestá-los. Provavelmente no ano de dois mil e dezasseis não poderiam ainda ter a avaliação mas talvez dentro de alguns anos pudessem conseguir perceber que o plano efetivamente tinha tido sucesso no âmbito da prevenção de situações de risco ou perigo. _____

---Para terminar referiu que as instalações da CPCJ estavam localizadas na Rua José Pires Padinha, nº 122, cujos contatos estavam inscritos na apresentação, pelo que, quem tivesse interesse em receber o Plano Local de Promoção e Proteção poderia dirigir-se à CPCJ através de correio eletrónico que facilmente procederiam ao seu envio. Acrescentou que se os membros pretendessem esclarecer alguma dúvida por a apresentação tinha sido efetuada de uma forma muito sucinta, estariam sempre disponíveis. _____

---Concluiu chamando à atenção para o folheto que tinham distribuído que além de informação útil constituía o lançamento da nova imagem da Comissão criada no âmbito do plano e que esperava que todos tivessem gostado. _____

---O Membro Márcio Gonçalves mencionou que apenas queria sugerir a inserção do Gabinete de Apoio à Família criado pela Junta de Freguesia de Santa Luzia que também estava a intervir junto das

crianças na escola primária onde tinha detetado alguns casos, pelo que, faria todo o sentido que integrassem a CPCJ. _____

---A Presidente da CPCJ disse que a proposta seria colocada. _____

---O Membro Artur Sanina questionou sobre se o diagnóstico já estava realizado. _____

---A Presidente da CPCJ respondeu afirmativamente, sendo que o plano já estava a ser implementado.

---O Membro Artur Sanina disse que embora já tivesse sido mencionada a questão do pré-escolar, gostava de saber quais eram as maiores preocupações da CPCJ. Questionava também sobre qual era a frequência das reuniões que mantinham com as Instituições que colaboravam com a Comissão, se as mesmas apenas aconteciam esporadicamente ou eram frequentes, e se já tinham elaborado algum projeto conjunto. Formulava aquelas questões porque uma das críticas que recebia no levantamento que estava a realizar em que comunicava com as Associações e Instituições para jovens, era a manifestação da falta de reuniões frequentes e a elaboração de propostas conjuntas no sentido de ultrapassarem as dificuldades por cada uma levantadas. Assim, uma das críticas que tinha recebido era precisamente de que não existia união suficiente, reuniões periódicas suficientes para que o projeto avançasse com mais estabilidade e garantias. _____

---A Presidente da CPCJ disse que provavelmente era conveniente perceber que a CPCJ era uma Instituição que visava o objetivo comum da promoção dos direitos das crianças e jovens, pelo que as entidades nela representada eram as previstas por Lei e outras convidadas, cujas reuniões se realizavam de dois em dois meses. Assim, a CPCJ não visava tanto a resolução dos problemas das Associações e Instituições de Jovens que provavelmente estaria no âmbito do Conselho Municipal da Juventude, pois tinha um objetivo concreto estando os seus órgãos regulamentados pela Lei 147/99 de um de setembro, que também regulamentava a periodicidade das reuniões na sua modalidade alargada onde estavam representadas as entidades que faziam parte integrante do plano e que reuniam de dois em dois meses constituindo grupos de trabalho sobre diferentes matérias. Para concluir, referiu que elaboravam ações, mas relativamente à questão colocada não seria matéria para tratamento na CPCJ embora tivessem convidado a Associação Interact, que era uma associação de jovens, a participar no Plano de Prevenção e Proteção. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões referiu que passariam ao primeiro ponto da Ordem do Dia sobre a apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal a quem cedia a palavra. _____

---O Presidente da Câmara informou que a apresentação se referia à atividade da Câmara Municipal decorrida nos últimos dois meses. _____

---O primeiro diapositivo abordava duas exposições itinerárias do Núcleo Museológico Islâmico, uma que tinha estado até ao dia vinte e cinco de janeiro passado, "*Ossos que contam história*" e a que estava a decorrer, "*Tavira Islâmica*". _____

---O Museu Municipal tinha vindo a ter uma programação regular tendo presentemente uma exposição fotográfica sobre o Egipto, para além da exposição sobre a Dieta Mediterrânica que já estava patente. _____

---Seguidamente referiu um conjunto de iniciativas no âmbito da Dieta Mediterrânica. Mencionou que a Câmara Municipal tinha que elaborar o Plano de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica, pelo que com alguma regularidade se estavam a intensificar os trabalhos tendo um conjunto de circuitos e iniciativas relativas à Dieta Mediterrânica que contavam com maior procura de pessoas que se associavam ao Museu Municipal a fim de participar nas visitas organizadas. _____

---O quinto diapositivo referia-se a um conjunto de exposições que iam acontecendo um pouco por todo o Concelho. _____

---Mostrou o cartaz alusivo aos Programas “Põe-te a Mexer” e “Viva Mais” e outras iniciativas ao nível do desporto. _____

---O diapositivo seguinte referia-se à apresentação da equipa do Clube de Ciclismo de Tavira que tinha ganho a prova de abertura da temporada velocipédica, o Troféu Cidade de Anadia, bem como o prémio da montanha da Volta ao Algarve que tinha tido a participação do pelotão mais importante das equipas Pro Tur. O ciclista de Tavira, Valter Pereira tinha sido o Camisola Azul na Volta ao Algarve o que considerava muito lisonjeiro e importante para Tavira. _____

---Chamou à atenção para as restantes iniciativas de carácter cultural que tinham acontecido e que constavam na documentação distribuída aos membros. _____

---Seguidamente mostrou imagens da passagem do ano que apesar do tempo ter estado chuvoso, considerava que tinha sido um grande sucesso e cuja iniciativa estava absolutamente consolidada em Tavira. Tinham convidado um grupo do Rock português e um jovem tavirense que estava a dar passos seguros na arte de passar música, tendo sido muito interessante. _____

---Também se tinha realizado o Concerto de Ano Novo, bem como o Festival de Coros na Igreja da Misericórdia com a participação do Grupo Coral. _____

---Felizmente, o Concelho de Tavira era muito rico em expressões culturais como era o caso das Charolas cujos muitos grupos tinham atuado e bem, um pouco por todo o Concelho. _____

---O décimo terceiro diapositivo referia-se a um conjunto de comemorações de várias entidades que tinham celebrado aniversários e realizado várias iniciativas. _____

---Passando a matéria de obras e urbanismo, o Presidente da Câmara referiu-se à passagem para Cabanas cuja empreitada iria ser consignada na manhã do dia três de março, segunda-feira seguinte. O empreiteiro já tinha estado a efetuar as marcações no terreno, a verificar onde iria colocar o estaleiro, pelo que seguramente a empreitada se iniciaria nos dias seguintes. Tratava-se de uma empreitada financiada por Fundos Comunitários e iria ter um custo de duzentos e vinte e oito mil euros acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. _____

---No mesmo diapositivo constava imagem da localização de outra empreitada para a qual já estava aberto concurso que se encontrava em fase de receção de propostas. Tratava-se da requalificação da Rua José Pires Padinha no que designavam como primeira fase por a verba disponível não ser suficiente e, devido à Lei dos Compromissos, aos fundos disponíveis e toda a complicação criada pelo Governo que obrigava ao faseamento das intervenções. Basicamente aquela intervenção continha o arranjo do pavimento, a colocação de árvores, luminárias novas, passaria apenas a ter quatro lugares de estacionamento de serviço à Docapesca enquanto ali estivesse e, no final da rua, iriam ficar dezassete lugares de estacionamento. Aquela intervenção tinha um custo previsto de cerca de cento e oitenta mil euros. _____

---Seguidamente referiu-se à segunda intervenção que tinham lançado para a Igreja das Ondas onde já tinham começado a ser montadas algumas peças que tinham regressado da Fundação Espírito Santo, mas tinham tido que efetuar uma segunda adjudicação porque o Coro Alto, local onde estava instalado o órgão, tinha necessidade de ser intervencionado. Tinha lançado um concurso de mais setenta e cinco mil euros que já tinha sido aprovado pelo PO Algarve 21 – Programa Operacional do Algarve na última Comissão de Gestão e tinha sido adjudicada à ErgSilva – Construção e Restauro de Edifícios, Lda., que era a mesma empresa que estava a executar a atual intervenção de modo que a Igreja das Ondas ficasse totalmente reabilitada. _____

---A outra fotografia do diapositivo era sobre a intervenção do Parque Verde do Séqua na sua segunda fase. A empreitada tinha como data de término o dia catorze de março seguinte, todavia tinha sido dada uma prorrogação do prazo. Já era possível verificar-se qual seria o resultado final e pensava que o seu enquadramento estava a ficar muito limpo e muito interessante cuja empreitada também incluía a pavimentação da parte correspondente à estrada em frente ao Parque Verde do Séqua. Já há algum tempo que possuíam um plano para aquela intervenção sendo que a primeira e segunda fases eram constituídas pela pavimentação entre o Parque Verde do Séqua e o acesso à EN 125, passando em frente à Escola Fixa de Trânsito, ao Restaurante O Ciclista e as curvas de acesso à EN 125, cuja obra também já tinha sido adjudicada por trinta e oito mil euros. Havia ainda uma terceira fase constituída pela zona entre o Parque Verde do Séqua e a Praça Dr. Padinha, que também tinha sido alvo de candidatura, possibilitando assim estabelecer um elemento conjunto de reabilitação da Rua João Vaz Corte Real até à Praça Dr. Padinha, cuja zona se encontrava muito desqualificada pelo que iriam ver se conseguiam alguns fundos comunitários para a sua reabilitação. _____

---No quinto diapositivo, o Presidente da Câmara referiu que a empreitada da Escola Básica de Cabanas que á estava praticamente pronta, devendo até já estar terminada o que não tinha sido possível. Tratava-se da construção do refeitório que pensava estar concluído no final das férias da Páscoa permitindo que os alunos pudessem efetuar as suas refeições no espaço escola. Iriam lançar uma segunda intervenção a fim de humanizar os espaços exteriores com alguns brinquedos, algum

material didático, cujo concurso se tratava de um procedimento integrado para todas as escolas com a finalidade de acabar com as caixas de areia existentes. _____

---Para terminar mostrou fotografia da inauguração dos apoios ao porto de pesca de Tavira onde tinham estado todos presentes e que finalmente, após o terceiro concurso, tinham conseguido entregar aos pescadores que obviamente muito delas careciam. _____

---O Presidente da Câmara referiu ainda que a Ministra da Agricultura e Mar, Assunção Cristas, tinha estado em Tavira, cuja reunião tinha sido a seu pedido por pretender visitar a exposição da Dieta Mediterrânica, tendo o seu Gabinete solicitado que a Câmara organizasse uma receção tal como tinha sido realizada, a um domingo, num contexto discreto e familiar pois tinha vindo acompanhada da família, tendo a Câmara convidado apenas um conjunto de entidades. Considerava que tinham dado uma boa perceção do que estava a ser realizado em termos de projeto, tinham abordado os planos e trocado ideias tendo a Ministra tomado conhecimento da realidade de Tavira e do que estava a ser realizado. Tinha-se seguido um almoço de Dieta mediterrânica para degustar alguns produtos. _____

---Na sequência, pretendia dar uma explicação aos membros da Assembleia pois apenas tinha sido convidado o seu Presidente por o critério do convite ter sido aquele, já que se pretendia uma reunião discreta, o que entendia que devia de justificar. Todavia a visita tinha sido conhecida permitindo que se associasse quem assim o entendesse, o que tinha sido o caso de muitos dos membros da Assembleia. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que o Presidente da Câmara na Assembleia anterior, tinha informado que iria reunir com o Secretário de Estado no sentido de abordar diversos aspetos como a questão do porto de pesca, da barra e dos canais. Assim, questionava se poderia informar sobre o seu conteúdo e resultado da reunião. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que, de facto, no dia quinze de janeiro passado tinha reunido com o Secretário de Estado do Mar, Pinto de Abreu, cuja reunião tinha tido quatro pontos essencialmente para troca de impressões, e tinha demorado mais de uma hora. Considerava que tinha sido uma reunião muito interessante, contudo estavam a trabalhar nas questões a fim de verificarem se iriam obter consequências práticas. _____

---O primeiro ponto referia-se à hidrodinâmica do rio, vulgo, dragagens. Sobre aquela questão podia referir que a Sociedade Polis possuía um plano estratégico e estava a tratar do processo. Estava para ser lançado concurso, já possuía impacte ambiental e, na prática, estavam a falar nas dragagens dos canais da Ria Formosa, de Tavira e Faro. Seriam executadas na barra de Tavira, no canal de Cabanas, parte do canal de Santa Luzia e na bacia das Quatro Águas de modo a serem dragadas de acordo com o novo plano de ordenamento do Parque, pelo que, ainda estavam a trabalhar na questão porque, aparentemente, faltariam dois milhões e trezentos mil euros de comparticipação nacional. A conversa com o Secretário de Estado tinha sido no sentido de que não fosse comprometida a comparticipação

dos sessenta por cento do POVT – Programa Operacional Temático de Valorização do Territorial por falta da verba de comparticipação nacional. _____

---Quanto ao segundo ponto, estava relacionado com a intervenção do molho nascente da barra de Tavira cujo dossier se encontrava com o Secretário de Estado. Aquela intervenção estava a ser trabalhada num concurso urgente, classificada pela DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos como de máximo risco, e tinha referido a perceção dos pescadores relativamente àquela realidade. _____

---O Presidente da Câmara acrescentou que não estando diretamente relacionado com a reunião, mas sendo a situação da barra de Tavira gravíssima essencialmente após os últimos temporais, todas as associações que fizessem eram possíveis, sendo que muitos estavam seriamente preocupados tanto mais que se iria realizar em Tavira, no mês de julho seguinte, o Campeonato do Mundo de Juventude em Vela que contava com a participação de setenta países e, tendo consciência do impacto que um concurso daquela dimensão teria, que carecia de muita preparação, constituía numa grande preocupação para muitos. _____

---O terceiro ponto abordado tinha-se referido ao porto de pesca de Tavira sobre o que o Secretário de Estado tinha mencionado que era importante conseguir uma resolução para que o problema da acostagem dos barcos de pescadores fosse resolvido. Estavam a trabalhar numa solução que permitisse candidatar ao PROMAR – Programa Operacional Pescas e a outros financiamentos comunitários, sendo que também estava em contato com a DGRM e com a Docapesca, estando portanto várias pessoas envolvidas para solucionar a questão. _____

---A reunião tinha-se realizado há pouco mais de um mês e considerava que existia alguma vontade em tentar resolver as questões que não podiam solucionar num mês, pelo que teriam que aguardar mais algum tempo a fim de verificarem se as vontades manifestadas se juntavam à prática. Presentemente, o que podia dizer era que sentia que existia boa vontade para a resolução dos assuntos com o recurso aos fundos comunitários existentes. Assim, e não sendo apenas ele que tinha grandes responsabilidades com o Concelho de Tavira por existirem muitos protagonistas, considerava que deviam todos contribuir e ajudar a resolver uma questão que se constituía como uma necessidade urgente e imperiosa considerando um conjunto de intervenções que tinham que realizar, que até poderiam ser financiadas a cem por cento pois havia verba, pelo que verificariam se conseguiriam obter resultados. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que iriam avançar com a Ordem do Dia, pelo que pretendia propôr à Assembleia que os pontos número dois sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 12/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Aprovisionamento, Trânsito e Equipamentos – 346-Div/13, número sete, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal

número 24/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos – 350-Div/13, número oito, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 25/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Cultura, Património e Museus – 353-Div/13, número nove, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 26/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefia Intermédia de 3º. Grau para Gabinete Jurídico – 356-Div/13 e número onze, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 32/2014/CM, referente à Alteração da composição do Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Planeamento, Turismo, Relações Públicas e Fiscalização – 354-Div/13, que se tratavam de propostas de alteração da composição do júri, como já algumas tinham sido apresentadas na Assembleia anterior, fossem apreciados e votados em conjunto. _____

---Tratavam-se de cinco pontos relacionados com a alteração orgânica de outros Municípios e do próprio Município de Tavira, pelo que os júris indicados para os vários procedimentos concursais tinham tido que ser alterados por já não se encontrarem em funções. Assim, reiterava se os membros não viam inconveniente que fossem colocadas à discussão e votação as cinco propostas em simultâneo. _____

---Verificando não existir nada a opor, colocou as propostas a discussão. _____

---Não havendo intervenções, colocou as propostas a votação que foram todas aprovadas por unanimidade. _____

---Passou ao ponto número três da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 17/2014/CM, referente à Atribuição de apoio à Freguesia de Cachopo. _____

---O Presidente da Câmara referiu que por vezes as Leis ou os Decretos-Lei eram elaborados sem se perceber quais as implicações que tinham no terreno. Aquele apoio à Freguesia de Cachopo consistia em três equipamentos velhos que a Câmara Municipal já não utilizava e que estavam em armazém para acabarem por ir para abate. A Presidente da Junta de Cachopo tinha ido ver um armazém acompanhada da Vereadora Ana Paula onde se encontravam duas cadeiras antigas e uma estante em madeira relativamente às quais tinha manifestado interesse. Quaisquer apoios às Juntas de Freguesia careciam da autorização da Assembleia Municipal, razão porque apresentavam aquela proposta de apoio relativa à cedência do mobiliário. _____

---Verificando não haver intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---O ponto número quatro referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 20/2014/CM, referente à Aquisição de combustíveis rodoviários com cartão eletrónico – Acordo Quadro da Central de Compras da AMAL – Compromissos plurianuais. _____

---O Presidente da Câmara explicou que a proposta se tratava de uma repartição de encargos até ao ano de dois mil e dezassete. A Câmara Municipal tinha duas formas de abastecer gasóleo, a granel cujo concurso tinha constituído um ponto da Ordem do Dia da Sessão da Assembleia Municipal anterior e se tratava da tradicional bomba existente nas oficinas da Câmara que já estava adjudicado e em vigor tendo a empresa vencedora sido a Repsol. A outra forma era através de cartão e, no caso concreto, referia-se à adesão a um Acordo Quadro feito pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve cuja empresa vencedora tinha sido a Galp. Tinham aderido passando a ter cartões magnéticos com código e desconto nos carros da Câmara de modo a ser possível abastecer fora da oficina o que acontecia apenas quando tal não fosse possível, já que tinha dado orientações internas por despacho para que todos os veículos abastecessem no espaço da Câmara e se tal não se verificasse teria que ser devidamente justificado, sendo por a viagem ter sido muito longa ou não ter sido devidamente planificada. Tinham tentado conseguir o melhor preço para as duas formas de abastecimento. _____

---A Membro Muriel Dias referiu que se tinha sido aberto um concurso para a compra de gasóleo a granel, o que fazia sentido, não conseguia perceber porque não tinha havido apenas um único concurso. _____

---O Presidente da Câmara explicou que se tratavam que questões diferentes. A AMAL tinha elaborado um concurso para a compra de gasóleo a granel que não tinha corrido bem e originado a que os depósitos da Câmara tivessem ficado sem gasóleo durante algum tempo, como era do conhecimento dos Presidentes de Junta ali presentes, pelo que a solução encontrada tinha sido a de abastecer por cartão. Como consequência daquela situação os concursos para a aquisição de gasóleo a granel tinham passado a ser realizados pelas Câmaras Municipais tendo apenas a AMAL ficado com a aquisição por cartão. _____

---A Membro Muriel Dias interrogou se tinha que existir o cartão eletrónico. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que eram questões distintas, uma era abastecer na bomba de gasolina da Câmara, outra era abastecer com o cartão Galp Frota. _____

---A Vereadora Ana Paula referiu que o cartão Galp Frota era necessário caso se tratasse de uma viagem. _____

---A Membro Muriel Dias reiterou que apenas não compreendia porque não tinha sido realizado apenas um concurso. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que se tratavam de duas realidades diferentes, pelo que tinham sido realizados dois concursos, um de abastecimento a granel e outro de abastecimento em cartão. ____

---O Membro Dinis Faísca referiu que apenas estavam a tentar perceber se a opção da realização de dois concursos se tratava de uma opção ou de uma exigência já que, opção seria haver apenas um único concurso em que a Repsol, empresa que tinha ganho, fornecia o gasóleo a granel e cartão. _____

---A Vereadora Ana Paula mencionou que podia acontecer se o caderno de encargos assim o contemplasse. _____

---O Membro Dinis Faísca referiu que era o que pretendiam saber. _____

---O Presidente da Assembleia verificando que não havia mais intervenções, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezoito votos a favor e nove abstenções. _____

---Passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 21/2014/CM, referente ao Ajuste direto – Aquisição de serviços de publicitação das deliberações dos órgãos autárquicos – Compromissos plurianuais. _____

---O Presidente da Câmara explicou que já tinham previsto a questão da publicitação dos atos da Câmara, pois em determinada altura a Câmara não tinha cumprido aquela determinação por não publicar os atos nos jornais, nos últimos quatro anos tinham começado a fazê-lo por constituir uma obrigação legal. No caso concreto, tratava-se de uma alteração para a integração das deliberações daquele Órgão porque existia uma determinação legal no sentido de que aquelas deviam ser publicitadas em local legível, jornal local ou regional. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---O ponto número seis da Ordem de Trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 22/2014/CM, referente à Aquisição de energia elétrica em regime de mercado liberalizado para as instalações municipais com contratos de energia em Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Normal – Iluminação Público (BTN – IP) – Compromissos plurianuais. Tratava-se de uma repartição de encargos por três anos. _____

---O Presidente da Câmara referiu que também se tratava de uma repartição de encargos, sendo que o orçamento municipal para iluminação pública para os próximos três anos contemplava, se tudo corresse na normalidade, o valor de dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil e novecentos e sete euros e quarenta e um cêntimos. Era pois o valor que tinham previsto gastar entre os seis meses restantes do ano de dois mil e catorze e o primeiro semestre do ano de dois mil e dezassete, aproximadamente o período de três anos. _____

---Pretendia ainda referir que nem o atual Governo nem qualquer outro se importavam com a questão da iluminação pública das Câmaras, que devia de ser uma componente praticamente nacional, sendo que estava a sobrecarregar as Câmaras e a criar conflitos com as Forças de Segurança sobre se a iluminação estava ou não acendida, se era acesa mais cedo ou mais tarde porque naquela matéria, que era uma fortíssima componente de segurança, ninguém ajudava. _____

---Todas as Câmaras do País se estavam a queixar da situação, que tendo o Governo vendido a EDP – Eletricidade de Portugal aos chineses as tarifas continuavam a subir apesar da EDP, no corrente ano, ter atingido mil milhões de lucro líquido, baixando zero virgula cinco por cento. Era aquela a realidade existente sendo que o valor de encargo anual era de cerca de oitocentos mil euros. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---Como os pontos número sete, oito e nove já tinham sido aprovados, iriam passar ao ponto número dez sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 29/2014/CM, referente à Ocupação de solos classificados com REN, em Vale Caranguejo, com estruturas de abrigo para produção de pequenos frutos frescos (estufas). Declaração de Relevante Interesse Público Municipal.

---O Presidente da Câmara referiu que se travava de uma situação que tinham considerado por bem apresentar à Assembleia para efetuarem uma declaração de interesse público municipal, o que não constituía uma prática, mas que naquela situação específica pensavam valer a pena propor à REN – Reserva Ecológica Nacional, a sua aceitação. A Maravilha Farms - Produção e Comercial de Frutos S.A estava localizada na zona de Vale Caranguejo onde tinham umas estufas à esquerda do caminho para o Hotel Albacora. Tinha-se ali instalado há cerca de dois anos e meio tendo as estufas sido licenciadas com pareceres favoráveis e recebendo anualmente os pareceres favoráveis do Parque Natural e da RAN-Reserva Agrícola Nacional. Tratavam-se de doze hectares de estufas localizados em reserva ecológica nacional que ao receberem sempre os pareceres favoráveis, tinham iniciado as plantações encontrando-se presentemente em fase de colheita. No corrente ano iam ser contratadas pessoas de Tavira para fazerem a apanha de frutos vermelhos daquelas plantações. Estavam a falar de cerca de duzentos funcionários que iriam ser contratados e cujo plano de negócios da empresa a três anos era o de poder vir a contratar mais quinhentos funcionários. _____

---O que se tinha verificado tinha sido que a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional tinha confrontado a empresa notificando-a de que tinham recebido uma queixa sobre o facto da plantação de doze hectares se encontrar em reserva ecológica. A Câmara Municipal não estava a aprovar a ocupação pela Maravilha Farms naquela parcela de terreno cuja questão pertencia ao foro da REN-Reserva Ecológica Nacional, estando antes a propor uma direção por considerarem relevante auxiliarem os empresários com nome que se tinham instalado em Tavira, e que podiam receber um apoio, até porque, aquele mesmo território de acordo com o POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira iria deixar de ser considerado reserva ecológica. Assim, perspetivamente dentro de algum tempo quando fosse elaborado novo PDM – Plano Diretor Municipal ou o existente fosse revisto, aquele território deixaria de ser reserva ecológica nacional. _____

---Tinham considerado, até por recomendação da CCDR, elaborar um processo de pedido à REN para permitir a instalação ou a manutenção da empresa naquele terreno ocupando solos da reserva ecológica. Um dos documentos fundamentais para a completa instrução do processo era a declaração

de relevante interesse público municipal. A Câmara não estava a decidir o que quer que fosse estando apenas a contribuir para que a REN pudesse autorizar ou não, a permanência daquelas instalações no terreno. A posição tinha sido concertada com a CCDR que, obviamente, não podia permitir a situação como estava porque a única entidade que podia avaliar era a REN para quem o processo seguiria com, esperava, a declaração de relevante interesse público municipal. Considerava que se encontravam numa fase da economia em que, conforme os discursos do Governo que eram a realidade do que necessitavam, a promoção do emprego, da empregabilidade, de apoio às empresas que criassem empregos era importante, sendo que as Câmaras Municipais também tinham que dar um sinal de que quando se verificavam dificuldades, no caso, os empresários tinham sido algo eludidos por terem confiado em pareceres de Instituições Públicas, e tendo recorrido à Câmara para tratar da questão, mereciam, de alguma forma, aquela visão positiva de resolução das questões que era o que se propunham fazer. _____

---O Membro Antero Romeira referiu que se a empresa Maravilha Farms já se tinha instalado no ano de dois onze pelo que certamente já teria todos aqueles anos de atividade. Questionava se alguns dos acionistas eram do Concelho ou eram internacionais. _____

---Pela leitura dos documentos tinha reparado na existência de pareceres condicionados, pelo que queria também saber se a Câmara Municipal possuía ou tinha consultado alguns estudos de impacte ambiental do ecossistema das lagoas a fim de aferir se aquela exploração intensiva de frutos frescos o poderia colocar em causa. _____

---Relativamente à questão económica concordava plenamente porque Tavira era um Concelho com pouca indústria, pelo que era realmente importantíssimo instalarem-se empresas como aquela, todavia tinham que salvaguardar a questão ambiental que certamente também preocupava o Executivo, razão porque indagava se a Câmara Municipal tinha algum conhecimento relativo aos estudos que tinha mencionado. Também, nos últimos pontos da última folha do documento, havia a referência á questão da imagem. Assim, tendo o Presidente da Câmara reunido com os acionistas, o administrador, pretendia saber se existia algum protocolo em que, por exemplo, ao serem distribuídos os frutos para o mercado nacional ou internacional pudessem ter a referência a Tavira através de um logotipo ou outro. _____

---Quanto ao aspeto laboral, certamente que o Presidente da Câmara deveria ter o mesmo conhecimento que ele tinha. Era evidente que seria bom que realmente tivesse impacto no mercado de trabalho, porém o que verificava era que eram muitos os estrangeiros que ali estavam a trabalhar, nem tanto do mercado económico europeu, pois pareciam-lhe ser pessoas com características asiáticas como chineses ou tailandeses. Por isso, pretendia saber se existiam algum acordo jurídico no sentido de apelar para que aqueles investidores a quem a Câmara estava a ajudar, tivessem a questão em consideração. _____

---O Presidente da Câmara agradecendo as questões levantadas, respondeu que o que sabiam era que a empresa já laborava sempre convicta de que estava dentro da legalidade, porque ninguém fazia investimentos daquela envergadura, uns milhões de euros, considerando que não estava legal. Tinham recebido pareceres condicionados mas tinham trabalhado sempre e, apesar de condicionados, os pareceres que recebiam anualmente eram favoráveis. _____

---Outra questão era que, presentemente, a empresa estava a realizar ações de formação com cidadãos de Tavira a fim de entrarem para o seu quadro. Não existia qualquer protocolo nem poderia existir dado não ser esse o objetivo da Câmara Municipal. O que tinham feito era o que a Câmara sempre e em qualquer circunstância fazia e que consistia em alertar as empresas para o “*know-how*” e existência de pessoas para trabalhar, pelo que a empresa deveria de promover um conjunto de ações de captação dessas pessoas através do Centro de Emprego ou Juntas de Freguesia a fim de as recrutar como quaisquer outros candidatos. Assim, quanto mais fosse o pessoal especializado e em Tavira seria crescente na apanha de pequenos frutos vermelhos, melhor estariam na questão da empregabilidade. Também via passar os tailandeses para trabalhar, que estavam habituados ao trabalho em estufas sendo que parecia consensual que tinham grande produtividade em ambientes húmidos, o que não queria dizer e sendo uma questão relativamente nova, que tavirenses, alguns ligados à construção ou outros, famílias que necessitavam de trabalho ou trabalho sazonal, porque as culturas ocorriam entre os meses de janeiro ou fevereiro e março ou abril e depois no final da época balnear, sabendo da forte componente sazonal entre maio e outubro, poder-se-ia revelar uma solução para que muitos não ficassem desempregados, desemprego esse que o Governo não gostava de pagar por rescindir acordo de desemprego, assunto que parecia já merecer atenção. Assim, poderia permitir que os trabalhadores em vez de estarem a consumir recursos públicos recebendo subsídio de desemprego, pudessem estar a trabalhar e a contribuir para a sua carreira contributiva, o que lhes parecia ser um bom exemplo apesar da dificuldade pela que a empresa estava a passar. _____

---Os representantes da empresa tinham-se dirigido a ele que os tinha questionado sobre como tinham chegado àquela situação, se desconheciam o que tinham assumido, sendo que estavam convictos que as Entidades Públicas e a documentação estava correta. _____

---A primeira solução que a Câmara tinha tentado, tinha sido conseguir uma alteração simplificada à delimitação da reserva ecológica. Tinham-se dirigido à CCDR, ao IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P e a um conjunto de entidades que haviam alertado que a REN não aceitaria aquela solução, sendo que a única forma seria a elaboração de declaração de relevante interesse público municipal, que ali apresentavam e, para a Câmara, apenas tinha impacto no sentido de atestar que aquela exploração tal como estava tinha interesse municipal. Obviamente que a questão dos impactos económicos era importante como tinha referido, já que quanto maior fosse o exemplo que dessem aos empresários de que poderiam contar com a Câmara para a resolução de

situações de dificuldade e que levassem á criação de postos de trabalho, melhor. Todavia tinham que proceder com um risco calculado pois a REN tinha a possibilidade de não aceitar. _____

---O Presidente da Câmara acrescentou que estavam certos de não existir qualquer problema relativamente à proteção das zonas lagunares e também sabiam que o POOC já desqualificava da REN aquela área, passando a ser mais recuada. Estavam certos disso, porém cabia à REN a avaliação com base no POOC em vigor e com a restante legislação de modo a aferir a existência de perigo ou não. Certamente que pretendiam salvaguardar o interesse ambiental, mas tinham que tentar conciliar o melhor dos dois mundos e entendiam que, para aquele caso concreto, valia a pela tentar, pelo exemplo, pelos postos de trabalhos que poderiam manter, porque se a REN não aceitasse que aquela estrutura se mantivesse, a solução passaria pelo que já tinham vindo a trabalhar na presente semana, em proceder à alteração do perímetro da reserva ecológica em Tavira, porque se o fizessem, de acordo com as novas regras esta diminuiria independentemente da elaboração do PDM ou não. Existiam mecanismos para efetuar a redelimitação da reserva ecológica e citava como exemplo Alcoutim que tinha reduzido a sua área que inicialmente era de quarenta e cinco por cento do seu território para cerca de dez por cento. _____

---Os domínios da RAN e REN representavam oitenta por cento do território nacional cujos regimes também estavam a ser alterados com a compatibilização da proteção ambiental e a criação de postos de trabalho muito necessários, sendo que por isso necessitavam de investidores que confiassem. _____

---Para concluir, referiu que a Maravilha Farms era uma subsidiária da Driscoll's Portugal - Produção e Comercialização de Frutas, Unipessoal Lda. que tinha assinado um contrato com o Parque Industrial para a instalação da rede de frio e embalamento naquele local. Aquele "clusters" de frutos vermelhos para exportação poderia aproximar outras plantações, outros empresários, para tentar solucionar os problemas financeiros do Parque Industrial que alguém tinha criado e que estavam a tentar resolver. Contudo, porque já tinham passado quatro anos e os riscos continuavam a pairar sobre as contas da Câmara, eventualmente teriam que tomar uma de duas decisões ou terminavam com a EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M. ou tinham o assunto resolvido com a venda dos lotes todos, que com a crise imobiliária, de investimento e banca, o Parque Industrial que estava acabado não deixava de representar riscos para o Município. _____

---O Membro Antero Romeira questionou se a empresa tinha comprado aqueles terrenos, se tinha investido. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que não tinha comprado mas arrendado. _____

---O Membro José Graça referiu que em primeiro lugar pretendia saudar a Câmara Municipal por assumir claramente a proposta de apresentação naquela Assembleia Municipal de um pedido de declaração de relevante interesse público municipal daquele investimento. Gostava de salientar que um dos grandes problemas presentemente existentes na economia da Região do Algarve era a elevada

sazonalidade das atividades ligadas ao setor turístico que se acentuava cada vez mais. O período alto em que existia mais turismo e logicamente mais ofertas de emprego era mais curto, e os investimentos que se tinham vindo a registar ao longo dos últimos quatro, cinco anos na área agrícola eram, a seu ver, uma forma de combater inteligentemente aquela sazonalidade do setor turístico. _____

----Não podiam esquecer que há cerca de vinte anos tinham sido realizados grandes investimentos na região com a implantação de um sistema de rega em todo o Sotavento algarvio que assentava essencialmente em duas grandes barragens que serviam a rega para a agricultura, as barragens de Odeleite e Beliche, que posteriormente também tinham acabado por servir o abastecimento público, cuja sede se localizava em Tavira, sendo que grande parte das terras beneficiadas pelos sistemas de rega também se localizavam no Concelho de Tavira. _____

----Tinha-se verificado que ao longo dos anos havia um conjunto de empresários, jovens empresários e também os considerados mais tradicionais, que estavam a voltar a para a agricultura, nomeadamente para a instalação do tipo de culturas de que estavam a falar. Era crescente no Concelho e, conforme o Presidente da Câmara tinha referido, aquele trabalho, aquela atitude, representava milhões de euros de investimento tratando-se, por isso, de grandes investimentos. _____

----Por outro lado, a situação acabava por proporcionar a rentabilização de alguns investimentos que tinham sido realizados ao longo dos anos, não apenas o próprio sistema de rega, mas também, como referido, o Parque Empresarial de Tavira com uma das empresas que iria trabalhar para todo aquele conjunto de produtores, instalando-se, mudando do Concelho de Odemira para o Concelho de Tavira e melhorando com aquela transferência a qualidade do produto distribuído no mercado internacional por estes saírem com um valor acrescentado no mercado dos fresco do Norte da Europa e, também, contribuindo de forma muito significativa para a manutenção dos serviços de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural do Concelho de Tavira. _____

----Queria registar que desde o início do corrente ano, a DRAPALG - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve tinha vindo a encerrar alguns serviços ou a concentrá-los noutros locais da região, pelo que, esperava que a dinâmica que existia presentemente no setor agrícola permitisse que os serviços da DRAPALG se mantivessem na cidade de Tavira, que pudessem contribuir para a existência e manutenção de emprego qualificado e servissem de apoio ao crescimento e dinamização do setor, nomeadamente, à criação de emprego permanente. _____

----Não sabia se os membros tinham lido a proposta onde estava subjacente àquele projeto a criação de cem postos de trabalho em permanência, postos de trabalho qualificados, alguns de alta qualificação por se tratar de um setor que exigia grande especialização e técnico na área de investigação e desenvolvimento rural e dos próprios serviços públicos. _____

----O Membro José Graça continuou referindo que não queria deixar de acentuar e era uma das principais razões que iria levar a bancada do PS a votar favoravelmente aquele pedido de declaração

de relevante interesse público municipal, a criação de cerca de setecentos e cinquenta postos de trabalho, mesmo que em regime temporário, no pico da produção da empresa. Aos cerca de oitocentos e cinquenta postos de trabalho que estavam referidos na proposta juntavam-se muitos milhares de postos de trabalho nos outros investimentos daquele género que estavam a aparecer na região. _____

---Para complementar a sua intervenção e porque estava a referir-se à “*Monogral*” cujo projeto seria bom que o Município de Tavira abraçasse, de forma empenhada e responsável, o desafio do Banco Terras. _____

---Dentro de dias iria ser lançada uma campanha de informação em paralelo com alguns Municípios, incluindo o de Tavira, através da Associação In Loco sendo que, de facto, era fundamental que se criassem oportunidades de investimento não apenas para o litoral. Presentemente, começavam a aparecer alguns sectores na agricultura e não apenas na agricultura de subsistência cujos fenómenos tinham um enorme potencial de crescimento, nomeadamente, de rentabilização das inúmeras plantações de pinheiros efetuadas no Concelho de Tavira, principalmente das que tinham subsistido aos incêndios do ano de dois mil e doze, que atualmente apareciam como mais uma hipótese de criação de valor no interior do Concelho, colaborando também para a fixação das populações. _____

---Concluiu referindo que aquele ressuscitar do mundo rural merecia o respeito de todos e, também, uma palavra de incentivo daquela Assembleia Municipal, pelo que propunha que todas as bancadas ali presentes aprovassem a proposta apresentada pela Câmara Municipal declarando, de facto, aquele investimento como de relevante interesse público municipal. _____

---A Membro Muriel Dias mencionou que relativamente á proposta em apreço a bancada do MT ia-se abster por considerar que carecia de um parecer técnico sobre quais eram as consequências ecológicas que, nada tendo contra a empresa, pelo contrário, pretendia também saber se existiam em Tavira ou não, outros terrenos agrícolas onde se pudessem implementar e se tinham que o fazer mesmo na zona onde se encontravam. _____

---O Membro João Carvalho referiu que o preocupava o precedente que aquela situação abria, mas via com alguma, até alegria, o grupo do PS mencionar trabalho precário, promovendo-o, porque seguia um pouco na linha do que era possível e que o Governo fazia sendo por isso tão criticado a nível nacional, pelo que, ficava contente em verificar que a nível local o grupo do PS se entusiasmava com aquele tipo de propostas. Ia-se abster pelo facto de o preocupar o precedente que aquela questão abria. _____

---O Presidente da Câmara referiu que percebia a preocupação mas havia uma REN a quem cabia salvaguardar os terrenos de reserva ecológica. Não deixava de considerar estranho que a bancada que se identificava com o Governo fosse a que tinha reservas sobre como resolver situações de empresas

que iam proporcionar emprego, sendo que por vezes diziam-se coisas que não se aplicavam nas atitudes. _____

---Estavam conscientes do que se tratava e da preocupação em resolver o assunto, mas considerava que refugiarem-se num relatório técnico quando se tratava de uma proposta administrativa resultante da vontade de um Órgão Municipal em declarar interesse público, que sendo aceite pela REN seria sujeito a uma análise técnica da sua competência, não valia a pena. _____

---Tratava-se de uma empresa que tinha investido umas centenas de milhares de euros, pelo que não poderiam andar a mudar de terreno. Considerava que não podiam falar tanto em empresas e depois quando elas necessitavam dos Autarcas do PSD e CDS de Tavira, referiam que necessitavam de um relatório técnico. Não estavam a legalizar a instalação, estando apenas a dizer à empresa que os Autarcas de Tavira consideravam que era importante que a REN se pronunciasse no sentido de poder ser aprovado. Aquele era o sinal que estavam a dar às empresas de Tavira cujos Autarcas, uns concordavam e outros referiam que faltava o relatório técnico. _____

---O Membro João Carvalho disse que gostava que ficasse em ata que a questão era que as empresas, no momento, não necessitavam tanto dos Deputados do CDS ou do PSD porque o Presidente da Câmara tinha a maioria. Se acaso não houvesse maioria, possivelmente até votaria a favor mas a realidade era o que os fazia votar e não algo que, propriamente, não existia. _____

---O Membro Dinis Faísca referiu que se tinha lido bem a proposta e o que ali estava em causa, a seu ver não estavam em causa os oitocentos e cinquenta postos de trabalho ou a implantação da empresa no Município de Tavira, mas a questão de uma parcela de terreno de doze hectares numa implantação de vinte e um hectares. Assim, considerava que tinham que refocalizar a questão porque não se referia ao emprego pela criação de postos de trabalho. _____

---Depois, pensava existir outra questão, talvez estivesse a ser algo utópico no modo de análise, mas considerava que uma Câmara Municipal tinha que ser proactiva na criação de emprego e no acompanhamento das empresas, sendo que, naquele aspeto estavam todos de acordo. Todavia, uma empresa daquela envergadura que se tinha implantado no Concelho no ano de dois mil e onze, portanto, há três anos, em que Executivo Camarário era o mesmo, se fosse outro, compreendia que afirmassem que a empresa se tinha implantado e não tinha recorrido à Câmara a fim de questionar sobre se podia ou não instalar-se naquele local, o que tinha dado origem ao imbróglcio atual, mas não era o caso, pois tratava-se do mesmo Executivo que estava e, tendo considerado a empresa tão importante, deveria desde a primeira hora acompanhá-la dispensando todas as informações, não procedendo como no momento, referindo que se tivessem consultado a Câmara ter-lhes-iam indicado, de imediato, que aquele espaço de doze hectares era de reserva ecológica. Assim, considerava errado que estivessem a culpabilizar terceiros. _____

---Concluiu referindo que considerava que se tratava de corrigir uma situação que por qualquer razão não tinha sido devidamente atendida, pelo que, não querendo nem marcar a oposição para com a empresa nem compactuar com situações de desatenção, iriam abster-se. _____

---O Presidente da Câmara referiu que gostava de fazer uma correção factual porque se não respondesse ainda passaria por verdade o que o Membro Dinis Faísca tinha dito, e não gostava de deixar as questões por esclarecer. Pretendia que ficasse bem claro que, quem controlava, quem fiscalizava, quem monitorizava as entidades agrícolas era a DRAPALG, quem fiscalizava, quem controlava as entidades em leito de cheia, nomeadamente, o plano, o parque e pré-parque da Ria Formosa era o Parque Natural, quem fiscalizava edificações e outras urbanas no Concelho de Tavira e perímetro urbano era a Câmara Municipal de Tavira através do seu serviço de fiscalização. _____

---Assim, as estufas tinham sido implantadas, uma parte em reserva agrícola, e outra em e reserva ecológica, estavam a funcionar tendo sido acompanhados pelos respetivos técnicos das entidades. Apenas recentemente a questão se tinha levantado resultado de uma denúncia que tinha sido identificada pela CCDR, pelo que, a Câmara apenas tinha duas soluções, ou corrigiam a situação ou não. O que estavam a tentar era corrigir a questão tendo ele próprio tido a oportunidade de a mencionar ao diretor da empresa, todavia não podia dizer que a realidade não existia. _____

---Continuou esclarecendo que não andava desatento nem distraído relativamente ao que se passava no seu Concelho, aliás aquele tinha sido um pressuposto errado de que muitos tinham partido, sendo que a população do Concelho tinha percebido que o Presidente da Câmara não andava assim tão distraído pois conhecia bem a realidade do seu Concelho e tudo faria para resolver e ajudar os tavirenses ou não tavirenses que nele investissem. _____

---Não lhe parecia que com aquela deliberação cometesse alguma violação ao regime urbanístico pois apenas ia tentar ajudar a empresa a resolver a situação, tanto mais que o terreno iria deixar de ser considerado reserva ecológica. O assunto não estava correto, não tinha sido bem tratado pelo que estavam a tentar resolvê-lo porque estavam em questão os pressupostos já referidos. _____

---O Vereador João Pedro Rodrigues disse que apenas pretendia complementar com um pormenor. Aquelas estruturas que eram as estufas, eram consideradas como estruturas ligeiras não necessitando de licenciamento do Município. Portanto, a empresa tinha chegado a Tavira, arrendado o terreno, pedido parecer ao Parque Natural da Ria Formosa que tinha emitido parecer condicionado a algumas questões que tinham que corrigir, mas não tinha entrado na Câmara qualquer pedido por não carecer de licenciamento. A empresa apenas se tinha dirigido à Câmara com o problema que estavam a tentar solucionar. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que sinceramente, no momento não sabia qual seria o seu sentido de voto porque desconhecia o desenvolvimento da empresa, não tendo tido oportunidade de ver o seu funcionamento no local. Em termos ambientais não sabia quais os impactes que poderiam existir e

quais as condições de trabalho dos funcionários, desde a formação ao posto de trabalho. Não ficava indiferente à criação de postos de trabalho no Concelho de Tavira que considerava positiva tendo apenas que apoiar, o que lhe fazia recordar a experiência dos mariscadores cujo teor tinha tomado conhecimento há alguns dias atrás quando lhe tinham sido levantadas algumas questões. Como as ostras dos mariscadores franceses estavam a morrer em cerca de oitenta e cinco por cento e existiam medidas restritivas no norte de França, estes pretendiam ter doze hectares na Ria Formosa para trazerem as suas ostras, o que poderia ser favorável à criação de postos de trabalho e questões económicas. Todavia, os mariscadores de Olhão estavam contra a situação por temerem que a implantação daquelas ostras transportasse algum vírus, pela maior quantidade de oxigénio que seria necessária, pelas amêijoas que estavam a morrer, portanto por um conjunto de circunstâncias apesar de em termos de salvaguarda de postos de trabalho dos mariscadores de Olhão ser um bom investimento. _____

----Assim questionava se a empresa Maravilha Farms seria uma empresa para ter sucesso, as condições de trabalhos estavam garantidas no futuro, os postos de trabalho e formação que estavam a adquirir iriam combater as situações de dificuldade e se as questões ambientais estavam salvaguardadas. Não estava contra a criação de postos de trabalho e em ter uma exploração agrícola a funcionar daquele modo que considerava um bom exemplo para o Concelho de Tavira pois, como o Membro José Graça tinha referido, existiam presentemente experiências de jovens que se estavam a implantar e que realmente poderiam alterar o modo como a agricultura era encarada no Concelho, o que tinha que louvar. _____

----Para terminar referiu que as explicações eram positivas, a declaração de relevante interesse público municipal importante, mas ainda tinha muitas interrogações. _____

----O Presidente da Câmara mencionou que apesar de não estar relacionada com a situação em apreço, pretendia referir-se à questão preocupante dos mariscadores que se encontrava no contexto.

----Os técnicos do Parque Natural da Ria Formosa eram os primeiros a tentar salvaguardar a Ria Formosa e essa era também a sua obrigação. Relativamente à questão dos juniores, franceses e á preocupação que trouxessem as ostras com toxinas, sabia que existia um controlo muito apertado na implantação daquelas espécies na Ria Formosa. Todavia, a mortandade que acontecia, a preocupação com o desassoreamento e outras situações não se estava a revelar. _____

----Eram os técnicos das próprias Direções Regionais os primeiros a salvaguardar o território que, na prática, era por eles tutelado, por vezes com algum exagero, já que tinha conhecimento que no âmbito da REN não era fácil a instalação do que quer que fosse ou de ser possível uma determinada circunstância que não fosse analisada ao pormenor, situação que já tinha vivido, pois tutelavam realmente o território. _____

---Para concluir, disse que estava absolutamente tranquilo com a proposta que ali apresentava pois sabia que se os argumentos que a Câmara e a empresa tinham produzido não fossem admitidos, apenas restava a solução da demolição porque, certamente que se verificaria de imediato a reposição da legalidade urbanística naquele caso concreto, sendo que a Direção Regional forçaria a demolição no imediato, todavia estavam a tentar. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e onze abstenções. _____

---Passou à leitura das minutas que foram todas aprovadas por unanimidade. _____

---O Presidente da Assembleia referiu que antes de terminar, nos termos do Regimento ainda em vigor, iria passar a palavra ao público para que, caso pretendesse intervir sobre algum assunto que não tivesse feito parte da Ordem de Trabalho, se inscrevesse identificando-se. _____

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quinze minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,

José Otilio Pires Baia

Sílvia Alexandra Sanches Soares

Cristela da Cruz Pereira Martins